

A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO AMAZONAS: DESAFIOS, CONQUISTAS E CONTRADIÇÕES EM MOVIMENTO

Michelle de Freitas Bissoli¹
Mariangela Momo²

Resumo: O artigo visa a refletir sobre as especificidades do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular no Estado do Amazonas (BNCC), Brasil, buscando apresentar as especificidades da região e sua influência nas escolhas realizadas para o processo formativo de professores naquela localidade. Ao problematizar o movimento de elaboração do Referencial Curricular Amazonense, focaliza, também, as contradições trazidas pela presença de agentes privados, como as Editoras, que ofertam formações nem sempre articuladas aos movimentos de consolidação da Base pelos agentes oficiais.

Palavras-Chave: Base Nacional Comum Curricular; Formação de Professores; Amazonas.

The implementation of Common National Curriculum Base in Amazonas: challenges, achievements and contradictions in motion

Abstract: The article aims to reflect on the specificities of the implementation process of the Common National Curriculum Base (CNCB) in the State of Amazonas, Brazil, seeking to present the specificities of the region and its influence on the choices made for the formative process of teachers in that locality. When problematizing the movement of elaboration of the Amazonense Curriculum Reference, it also focuses on the contradictions brought by the presence of private agents, such as the Publishers, who offer formations not always linked to the movements of consolidation of the CNCB by the official agents.

Key-words: Common National Curriculum Base; Teacher training; Amazonas.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular significa voltar nossa atenção para a efetivação de um ideal já presente na

¹ Universidade Federal do Amazonas (mibissoli@yahoo.com.br)

² Universidade Federal do Amazonas (marimomo@terra.com.br)

Constituição Federal Brasileira de 1988, com desdobramentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Planos Nacionais de Educação que, desde então, foram discutidos e promulgados em nosso país. Ideal que, nos últimos trinta anos, vem sendo ressignificado por diferentes atores sociais que, na luta que marca a criação e a instauração dos currículos, se mobilizam a partir de objetivos contraditórios, embora palavras de ordem como *democratização*, *direitos de aprendizagem* e *igualdade*, ainda que permeadas por ideologias contrapostas, sejam enunciadas indistintamente.

Agentes privados interessados na definição tanto dos objetivos e da avaliação quanto da organização do trabalho pedagógico, seus conteúdos e métodos (FREITAS, 2014) partem do pressuposto de que a uns compete definir centralmente os objetivos, as competências, os conteúdos, enquanto a outros - às escolas e aos professores - compete implementar o currículo. E, ainda que saibamos que a Base não é, ela mesma, o currículo, quando esta se torna o elemento central a partir do qual devem ser pensados e elaborados os Projetos Político Pedagógicos das escolas de um Estado; quando sua implementação gera textos norteadores que não são discutidos e formulados com a contribuição do conjunto de profissionais que atuam nas escolas; quando seu conteúdo é apropriado por agentes privados que se alçam o direito de preparar formações certamente atreladas à comercialização de materiais, sua implementação pode nos advertir de que intenções de controle e coerção caminham lado a lado - e contraditoriamente - com a anunciada busca da democratização.

Voltada para a definição de objetivos e conteúdos, a Base também se propõe a ser fundamento da avaliação em larga escala e da formação de professores. Não estaríamos, com isso, assumindo um discurso marcado pela unilateralidade? Nesse sentido, se é pertinente, hoje, pensar na implementação da BNCC, nos é devido refletir sobre os significados que essa implementação representa para a educação brasileira. A quem cabe a definição do currículo? A quem cabe implementá-lo? O que significa a implementação da Base e como se apresenta: em favor da dialogicidade ou da univocidade?

A implementação da BNCC no Brasil, a partir de sua recente e conturbada aprovação em 22 de dezembro de 2017 com a Resolução CNE/CP n. 2 (BRASIL, 2017), é o objeto de reflexão deste artigo. Conhecer os meandros da construção de um processo formativo de professores para que a Base se torne efetivamente um direcionamento do trabalho pedagógico a ser

desenvolvido em todas as escolas do sistema público amazonense é o nosso mote principal. Além dele, fazemos também neste texto uma incursão sobre a participação privada no processo formativo de professores, a partir da presença de editoras, que se colocam como portadoras de informações e formações a respeito da Base não obstante seu interesse na comercialização de materiais pedagógicos pautados nos direitos de aprendizagem e na definição de conteúdos que compõem o documento oficial.

Para a produção do material que ora apresentamos, diferentes procedimentos de coleta foram por nós utilizados.

- Assistência de mesa redonda realizada no dia 26/04/2019 intitulada *A BNCC no contexto do Amazonas*, realizada na Universidade Federal do Amazonas;
- Entrevista com a Articuladora do Regime de Colaboração da *Comissão de Implementação da BNCC no Amazonas*;
- Consulta de documentos relacionados à rede pública de ensino do Amazonas: 1) Referencial Curricular Amazonense: Educação Infantil; 2) Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental Anos Iniciais; 3) Arquivos em Power Point utilizados nos processos formativos disponibilizados pela articuladora entrevistada;
- Conversas informais com orientandos/alunos da UFAM que estão, também, inseridos nas redes públicas ou privadas de ensino no estado do Amazonas;
- Entrevista com uma das responsáveis pela formação oferecida sobre a BNCC pela Editora do Brasil para escolas públicas e privadas do estado do Amazonas;
- Consulta de plataforma de formação *online* oferecida pela Editora do Brasil e livros elaborados pela editora com o foco específico na BNCC.

Com base no conjunto de informações por nós coletadas, passamos a apresentar o contexto em que os processos ora analisados aconteceu: o Estado do Amazonas e suas especificidades.

CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DO AMAZONAS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS ESCOLHAS QUE ENVOLVEM A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

O Amazonas é o estado com maior área territorial do Brasil, com 1.559.161,682 de quilômetros quadrados e é composto por 62 municípios. Numa localidade tão extensa e marcada por uma rica malha fluvial, o acesso à maioria dos municípios se dá pelos rios. A construção de rodovias cortando a floresta não é viável em termos econômicos, dadas as distâncias que os separam, além do impacto ambiental que isso poderia ocasionar. Assim, grandes e pequenas embarcações são o meio de transporte mais econômico, além do transporte aéreo, bastante dispendioso e muitas vezes efetivado por aeronaves de pequeno porte.

Em uma configuração geográfica como esta, em que os municípios, embora com territórios bastante extensos, têm uma densidade demográfica baixa - 2,23 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010) -, cabe destacar algumas especificidades do Estado para que possamos compreender as opções feitas pelos responsáveis para o processo formativo que tem marcado a implementação da BNCC no Estado, especialmente justificando a escolha da formação mediada por tecnologias (EaD).

Vale notar que a população amazonense se concentra predominantemente na capital, Manaus, e nas sedes dos municípios. É fundamental destacar, neste contexto, que cada município possui uma rede de escolas do campo, com professores trabalhando muitas vezes em salas multisseriadas, a longa distância da sede. A formação desses profissionais para a implementação da Base Nacional Comum Curricular é muito importante, dado que os direitos de aprendizagem nela definidos são direitos de todos. Contraditoriamente, se há uma definição nacional do que deve ser ensinado e aprendido nas escolas, como se abster de que os conteúdos sejam assimilados por todos, a despeito das características que demarcam cada região do vasto território brasileiro? E embora tenhamos consciência e queiramos demarcar, neste texto, a posição de que um currículo é sempre zona de conflitos, o que importa nesse momento é pensar sobre as especificidades da região amazônica, que dificultam sobremaneira as formações presenciais, tendo em vista que o acesso às escolas localizadas nas zonas rurais e ribeirinhas pode dispendir muitas horas ou dias de navegação.

Para minimizar as dificuldades de acesso, o Estado do Amazonas, em regime de colaboração com os municípios, conta com o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), implantado em 2007, com plataformas digitais (AVA) e tecnologias desenvolvidas para que mais de 3000 comunidades do Estado possam transmitir, em cada localidade, aulas ministradas por teleconferência, transmitidas via satélite a partir de estúdios localizados em Manaus, por intermédio do sistema de IPTV. Cada comunidade atendida conta com uma aparelhagem composta por antena VSAT, roteador-receptor de satélite, cabeamento, webcam, televisor, impressora e nobreak, que permitem que professores na Capital interajam com professores na comunidade rural em tempo real.

A existência dessa ferramenta tecnológica permitiu que o processo de implementação da BNCC no Amazonas fosse organizado de forma peculiar em relação a outros Estados da Federação.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO AMAZONAS

Visando à implementação da BNCC nos estados brasileiros, mais especificamente, neste texto, em relação às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Portaria do Ministério da Educação n. 331, de 05 de abril de 2018, instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC - definindo os perfis e critérios de seleção para compor cada equipe responsável tanto pela formação continuada quanto pela elaboração de proposta curricular. As equipes deveriam, conforme o documento, ser compostas por 31 professores em cada estado e por 30 professores no Distrito Federal (BRASIL, 2018).

No Amazonas, em congruência com a mesma portaria, foi organizada a Comissão Pró-BNCC, encabeçada por dois Coordenadores Estaduais do Currículo: o presidente do Conselho Estadual de Educação, o Secretário Estadual de Educação do Estado do Amazonas, e o Presidente da UNDIME. Além dos coordenadores estaduais, a comissão ainda foi integrada por uma Articuladora do Regime de Colaboração cujas funções, sinteticamente, seriam promover a articulação entre a rede pública estadual e municipal na disseminação de novos currículos da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

estabelecer a articulação entre os municípios e equipes regionais de formação e planejar, monitorar e desenvolver processos de formação continuada para os profissionais de educação visando à implementação dos novos currículos. A comissão também contou com um Analista de Gestão, com formação na área de Direito (AMAZONAS, 2019b).

Além desses membros, a Comissão possuía também três Coordenadores de Etapa: um para a Educação Infantil, um para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e um terceiro para o Ensino Fundamental Anos Finais. Os Coordenadores de Etapa tiveram como atribuições o planejamento, a coordenação e a realização da formação de formadores (multiplicadores) para os profissionais das redes estadual e municipal, compondo equipes de implementação dos novos currículos, além de apoiar e orientar as redes em relação à (re)elaboração dos Projetos Pedagógicos nas escolas.

Um conjunto de vinte e dois redatores formadores foi selecionado também para, em colaboração com os Coordenadores Estaduais e de Etapa, planejar a formação de formadores (os chamados multiplicadores), gestores, coordenadores pedagógicos, professores e técnicos. No Amazonas, os redatores ficaram responsáveis pela sistematização de dois documentos: o *Referencial Curricular Amazonense: Educação Infantil* e o *Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental Anos Iniciais*. A equipe de redatores foi composta por três responsáveis pela Educação Infantil e por dois a três responsáveis por componente curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, agrupados por área do conhecimento, em conformidade com as definições da Portaria do Ministério da Educação n. 331/2018. A construção dos dois documentos que compõem o Referencial Amazonense contou, ainda, com um conjunto de consultores, leitores críticos e colaboradores, incluindo um articulador vinculado à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) e um articulador vinculado à Secretaria Municipal de Educação em cada município. Para a efetivação do regime de colaboração, ocorreu a concordância dos 62 municípios do estado por meio da assinatura de todos os prefeitos, viabilizada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), e também uma formação presencial, o primeiro Encontro Estadual dos Articuladores, com capacitação e orientações sobre o currículo e a consulta pública, com representantes de 52 municípios presentes. Encontros de estudo também foram realizados em todos os municípios do estado, visando a preparar pessoal para a implementação da Base.

A redação dos documentos compósitos do Referencial Amazonense partiu do entendimento de que era necessário unificar uma proposta curricular para o estado do Amazonas para que fosse superado um problema detectado anteriormente: a inexistência de documentos que norteassem os Projetos Pedagógicos das escolas nos diferentes municípios do estado. Em outras palavras, a ideia é a de que o *Referencial Curricular Amazonense Educação Infantil* e o *Referencial Amazonense Ensino Fundamental Anos Iniciais* componham as propostas curriculares na esfera das escolas municipais e estaduais, como é o entendimento expresso na Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular quando define no parágrafo 1º do Artigo 5º que

A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e consequentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade. (BRASIL, 2017).

Cabe sublinhar que muitos membros que compuseram a Comissão Pró-BNCC no Amazonas já estavam envolvidos com as discussões sobre a Base ainda em sua fase de elaboração e participaram de oito reuniões no Ministério da Educação e de cerca de cinquenta formações por webconferência. Sobre esse número de formações *online*, consideramos as ofertadas tanto no período de elaboração da BNCC quanto as ofertadas após a criação da Comissão Pró-BNCC. No caso das ofertadas após a consolidação da Comissão de Implementação da BNCC no estado do Amazonas, a maioria dos participantes que compõe a comissão também teve a possibilidade de participar dessas formações por webconferência, além da participação presencial em reuniões coordenadas pelo Ministério da Educação, em Brasília.

É importante mencionar que, ainda no período de elaboração do Referencial Curricular Amazonense, mais especificamente em maio de 2018, foi disponibilizado um formulário *online* para contribuições à versão preliminar do documento elaborado pelas equipes redatoras, com participação de 83% dos municípios do estado, gerando 5766 contribuições de professores da educação básica da rede pública de ensino, que foram analisadas e sistematizadas na

versão que foi submetida à avaliação pelo Conselho Estadual de Educação. Ainda no período de 06 de agosto a 06 de setembro de 2018, os documentos em sua versão final foram apresentados à consulta pública em plataforma *online* do Ministério da Educação, com dezenas de milhares de participações em todo o Estado (AMAZONAS, 2019a).

Uma das peculiaridades dessas contribuições diz respeito ao apontamento, por 89% dos professores, da necessidade da inclusão da língua espanhola no ensino público do estado. Uma de nossas hipóteses sobre o apontamento dessa necessidade diz respeito ao fato de que o estado do Amazonas possui fronteira com três países de língua espanhola, a Venezuela, a Colômbia e o Peru. Essa característica das fronteiras do estado torna a vivência da língua espanhola algo mais cotidiano e familiar não apenas para as populações que habitam essas fronteiras, mas também para as que vivem nas maiores cidades do estado, que recebe imigrantes desses países. Assim, embora a BNCC aponte apenas a língua inglesa como obrigatória nos currículos, o Currículo do Estado do Amazonas também considera como obrigatória para o Ensino Fundamental a língua espanhola.

Segundo a análise do processo pelos envolvidos, um ponto positivo que pode ser apontado nesse movimento de implementação da BNCC no Estado do Amazonas é o que se refere ao fortalecimento da colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino e as Secretarias Municipais de Educação.

Visando à efetiva implementação da BNCC no estado do Amazonas, a Comissão Pró-BNCC organizou três modalidades de formação: 1) Formações presenciais; 2) Formações mediadas pelas tecnologias (aulas ao vivo transmitidas para os locais que fazem parte do sistema da SEDUC); 3) Formações a distância (tais como aulas gravadas e plataformas digitais). É importante considerar, entretanto, que as formações somente podem ser iniciadas a partir da aprovação do *Referencial Curricular Amazonense* pelo Conselho Estadual de Educação, que ocorreu no dia 16 de outubro de 2019.

Para consolidar as formações que devem acontecer em meados de 2020, a Comissão organizou uma proposta dividindo os 62 municípios do Estado em Polos. Isso significa que um município deve receber os formadores e professores para a realização dos processos formativos, tanto presenciais

quanto mediados por Tecnologia. O Quadro 1, abaixo, apresenta a distribuição dos municípios por polos formativos.

Quadro 1 - Distribuição dos municípios pelos polos

Polo	Municípios participantes
Benjamin Constant	Tabatinga, Amaturá, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tonantins; (Esse polo pode ser subdividido para atender a demanda do Alto Solimões)
Tefé	Alvarães, Coari, Fonte Boa, Japurá, Jutai, Maraã e Uarini
São Gabriel da Cachoeira	Santa Isabel do Rio Negro
Parintins	Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués e Nhamundá
Humaitá	Apuí, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã
Eirunepé	Envira
Boca do Acre	Pauini e Guajará, Ipixuna
Carauari	Itamarati
Itacoatiara	Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Silves, Urucurituba e Urucará
Manacapuru	Anamã, Anori, Beruri, Caapiranga e Novo Airão
Manaus	Autazes, Borba, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Canutama, Codajás, Iranduba, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Tapauá, Barcelos

Fonte: Elaborado pelas autoras

Cada município contará, para a formação presencial de seus professores e profissionais da Educação, com vinte e cinco multiplicadores, sendo eles dois articuladores (CONSED e UNIDIME); um responsável pela formação em Educação Infantil (UNDIME); dois responsáveis pela formação dos Anos Iniciais (CONSED e UNIDIME) e vinte professores responsáveis pela formação a respeito dos componentes curriculares do Ensino Fundamental (CONSED e UNIDIME). Esses multiplicadores serão indicados pelos municípios, a partir de critérios estabelecidos pela Comissão ProBNCC e os dirigentes municipais de educação serão responsáveis pelo apoio logístico à formação do pessoal.

Com as Metas, estabelecidas pelo Ministério da Educação, de promover 30 horas de formação para 70% dos professores das redes públicas do Amazonas e de orientar a revisão de 70% dos Projetos Pedagógicos das escolas dessas redes e tendo em vista as características geográficas dos municípios amazonenses, já salientadas, merece destaque a formação mediada por Tecnologias, que deve se concretizar a partir da transmissão de vídeos de orientação, bem como da gravação de aulas temáticas.

O quadro a seguir destaca os temas dos quinze vídeos já produzidos pela Comissão Pró-BNCC do Amazonas até o presente e exibidos no Canal SEDUCNET, no Youtube, com 3,92 mil inscritos. Esses vídeos foram transmitidos ao vivo pelo CEMEAM aos municípios do estado do Amazonas, nas datas de acordo como Quadro 2.

Quadro 2 - Exibição dos vídeos

Tema	Tempo de exibição	Visualizações
DEPPE/GEM/BNCC - Alinhamento das Ações para o Dia D - BNCC/AM, de 13/03/2018	38:06	91
DEPPE/GEM - Orientações sobre a BNCC, de 16/05/2018	1:19:26	121
BNCC - A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular, de 22/05/18	27:29	43282
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF), de 11/06/2018	10:20	739
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - Ciências, de 11/06/2018	3:28	368
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - Geografia, de 11/06/2018	5:32	440
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - História, de 11/06/2018	4:25	463
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - Português, de 11/06/2018	5:39	412
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - Arte, de 11/06/2018	10:02	461

Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - Inglês, de 11/06/2018	3:59	312
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - Matemática, de 11/06/2018	6:52	334
Construindo o currículo amazonense/BNCC 2018 (AI e AF do EF) - Educação Física, de 11/06/2018	9:46	1271
BNCC - Currículo Amazonense, de 06/08/2018	4:04	488
BNCC - Comissão Estadual da BNCC, de 11/07/2018	9:33	994
DEPPE - Orientação aos Articuladores da BNCC, de 01/02/2019	50:51	211

Fonte: Elaborado pelas autoras

Apesar de haver um ponto positivo nas plataformas tecnológicas para a disseminação de informações sobre a Base a professores que estão em localidades inacessíveis ao contato presencial, cabe-nos problematizar: o modelo de formação “em cascata” permitirá uma efetiva participação de professores e professoras na consolidação do currículo amazonense? Seria pertinente falar de um currículo amazonense, dadas as peculiaridades que distanciam, não apenas geograficamente, os centros urbanos e as zonas rurais e ribeirinhas? Com uma formação centrada no modelo das competências, mesmo que se propague a ideia de que as dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica de crianças, adolescentes, jovens e adultos estão sendo consideradas, como superar a dicotomia entre conteúdo e forma, teoria e prática? Que outras iniciativas podem agregar mais veracidade à participação dos professores como intelectuais críticos na implementação da Base?

Segundo o documento da BNCC, para a construção de uma educação que tenha por fundamentos pedagógicos a educação integral e o desenvolvimento de competências, visando à igualdade, diversidade e equidade, cabe às escolas elaborar “propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais” (BRASIL, 2017, p. 15). Para tanto, é esperado dos docentes aquilo que o documento denomina como “currículo em ação” e que se materializa em um conjunto de ações a serem desenvolvidas com o envolvimento das famílias e das comunidades:

- contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;
- decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;
- selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;
- conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
- construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;
- selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;
- manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino. (BRASIL, 2017b, p. 16-17).

Ora, o que se percebe das ações esperadas dos professores se aproxima de um modelo aplicacionista que aparta, por um lado, aqueles que efetivamente tomam as decisões quanto ao que e como ensinar e avaliar e as prescrevem; de

outro, aqueles que têm como responsabilidade a implementação. Teríamos já superado a racionalidade técnica? Em que medida podemos considerar a autonomia dos professores (CONTRERAS, 2002) nas decisões curriculares quando a eles cabe, nos parece, fazer as contextualizações e não propriamente tomar decisões quanto ao trabalho que desempenham?

Se a (re)elaboração dos Projetos Pedagógicos puder ser feita a partir da discussão da Base, aliada a um diagnóstico sobre a realidade de cada instituição, mas também e sobretudo, se puder contar com um tempo de dedicação dos professores ao estudo, discussão, participação das comunidades no diálogo, elaboração, existe uma oportunidade de integrá-los à construção do currículo e do seu próprio trabalho, como uma comunidade de aprendizagem (CRECCI; FIORENTINI, 2019). Mas, se as metas se sobrepuserem ao tempo necessário ao diálogo reflexivo e crítico, que exige condições materiais para que aconteça, teremos uma vez mais um conjunto de documentos que não revela os currículos propriamente ditos, mas sua prescrição.

A análise dos dados qualitativos referentes ao processo formativo que deve ser iniciado com a implementação da BNCC nos estados nos leva a discutir, a partir de agora, como a Base tem sido focalizada pelos cursos de formação inicial e continuada no Amazonas. Que iniciativas têm sido por nós identificadas na perspectiva enunciada no artigo 17 da Resolução CNE/CP n. 02, de dezembro de 2017?

Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, nos termos do §8o do Art. 61 da LDB, devendo ser implementados no prazo de dois anos, contados da publicação da BNCC, de acordo com Art. 11 da Lei no 13.415/2017.

§ 1º A adequação dos cursos e programas destinados à formação continuada de professores pode ter início a partir da publicação da BNCC.

§ 2º Para a adequação da ação docente à BNCC, o MEC deve proporcionar ferramentas tecnológicas que propiciem a formação pertinente, no prazo de até 1 (um) ano, a ser desenvolvida em colaboração com os sistemas de ensino. (BRASIL, 2017a).

LICENCIATURAS NO AMAZONAS E A BNCC

Observamos que, no geral, os cursos de graduação direcionados à formação de professores no estado do Amazonas, tanto da rede pública quanto da rede privada, têm buscado considerar a BNCC na formação de seus graduandos por meio de dois grandes eixos de ação. Um deles é a incorporação das discussões sobre a BNCC em componentes curriculares específicos – tais como Didática, Currículo e Estágio – ou no maior número de componentes curriculares que integram a matriz curricular de seus cursos. Nota-se que, no caso desse eixo de ação, ele é mais profícuo nos cursos de graduação em Pedagogia. Além disso, é um eixo que se caracteriza por abranger discussões mais relacionadas a cada curso, algumas vezes apenas em determinados componentes curriculares; outras vezes com algum diálogo com escolas da Educação Básica, com a SEMED e a SEDUC, a depender do curso ou do professor(a) que está envolvido na proposta de discussão da BNCC. Trata-se, ainda, de iniciativas pontuais.

Já outro eixo de ação diz respeito a organizar e ofertar discussões relacionadas a BNCC em mesas redondas, formações específicas ou inseridas em congressos. Uma iniciativa de discussão sobre a Base nessa perspectiva tem sido as ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na Universidade Federal do Amazonas, cujos estudantes participam de rodas de conversa com professores da Universidade a respeito da temática. Outro exemplo desse eixo é a mesa redonda realizada no primeiro semestre do ano de 2019, intitulada *A BNCC no contexto do Amazonas* ofertada na UFAM, organizada pelo *Laboratório de Educação Física* da instituição. A escolha da temática e a composição da mesa redonda – dois membros da Comissão de Implementação da BNCC no Amazonas e uma professora da Faculdade de Educação da UFAM – foi realizada por mestrandos e doutorandos vinculados ao referido laboratório.

Em relação a este segundo eixo de ação observa-se que, geralmente, são criadas possibilidades formativas com diálogos interinstitucionais. Como exemplo, utilizamos a já citada mesa redonda que em sua plateia possuía, além de estudantes de diferentes cursos de licenciatura da UFAM, estudantes de licenciaturas de outras instituições públicas e privadas da cidade de Manaus, mestrandos, doutorandos, professores e representantes da SEMED e da SEDUC e professores do ensino superior da UFAM e de outras instituições públicas e privadas do estado.

Em setembro de 2019, o Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviço para as Redes Públicas de Ensino (CEFORT), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, promoveu um Seminário de três dias para a socialização da produção desenvolvida no Projeto *Gestão do Conhecimento Escolar, Alfabetização e Formação para a Cidadania*, com a participação de representantes do Ministério da Educação, da SEDUC, da SEMED/Manaus, da UNDIME e da FAGED/UFAM. Trata-se da criação e implementação de um sistema tecnológico de gestão de informações, comunicação, conhecimentos e de um repositório de documentação pedagógica (ALFA-GCE) que visa a assessorar a formulação de programas e projetos pelos sistemas públicos de ensino.

As palestras focalizaram principalmente as áreas da Alfabetização/Letramento e Avaliação e as projeções são de que o sistema ALFA-GCE possa contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades de leitura e de escrita das crianças do estado do Amazonas, de acordo com o que prevê a BNCC. A ambientação dos participantes do Sistema ALFA-GCE e ateliês de fundamentação e exercícios metodológicos de planejamento estratégico do desenvolvimento curricular e da gestão do processo pedagógico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental também compuseram o Seminário, demonstrando a articulação entre a Universidade Federal e as redes públicas no tocante à implementação da Base no estado do Amazonas.

EDITORAS NO BRASIL E A BNCC

No processo de obter informações mais detalhadas, para além das que já possuíamos como professoras universitárias, sobre a Implementação da BNCC no Estado do Amazonas, nos deparamos com o fato de que um editora, que tem inserção local, mas também opera em âmbito nacional, havia participado, a convite, de um dos encontros de formação promovido pela Comissão de Implementação da BNCC no Estado do Amazonas. Dessa forma, decidimos conhecer as funções que essa editora desempenha no processo de implementação da BNCC no estado do Amazonas e os materiais por ela produzidos sobre a BNCC. Pensamos que abordar determinados aspectos relativos a esta editora pode, em alguma medida, ser representativo das funções que outras editoras têm desempenhado no Brasil, sobre a BNCC, e

principalmente pode colaborar para gerar questionamentos, reflexões e até fornecer subsídios para pensarmos determinadas políticas públicas voltadas para o âmbito da educação.

Inicialmente, obtivemos a informação sobre a participação dessa editora nesse encontro de formação por meio de uma assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Manaus que trabalha na Zona de Divisão Rural. Essa zona é responsável pelo atendimento pedagógico de oitenta e quatro escolas rurais que atendem populações ribeirinhas, incluindo povos indígenas, todas pertencentes ao município de Manaus. Desse quantitativo, a escola mais distante está localizada a cerca de duas horas de navegação da capital. Preocupada em bem desempenhar seu papel essa assessora, que é também aluna de uma das autoras deste texto, em diálogo informal, falou: *Agora vamos ter que trabalhar a BNCC com as escolas da zona rural. Ainda bem que tivemos formação com uma Editora, eles nos deram um livro de bolso. Ao mesmo tempo em que falava, retirava da bolsa o livro de bolso para mostrar. Ficou evidente em sua fala a preocupação em bem desempenhar mais uma demanda de trabalho – algo que para ela foi determinado por outros –, e um certo alívio pela solução quase instantânea oferecida pela editora. Em seu discurso, em nossa interpretação, também há evidências de um determinado entendimento muito comum sobre o currículo e que diz respeito ao fato de que a sua elaboração seria feita por alguns (iluminados/eleitos para o trabalho intelectual) enquanto que a sua implementação seria efetivada por muitos (os trabalhadores braçais), conforme descrito por Moreira (1999).*

Em outras palavras, para nós, sua fala é perpassada por uma ideia de univocidade; a BNCC como algo pronto e acabado que deve apenas ser implementado sem possibilidades de diálogo com as especificidades das culturas locais, por exemplo, como é o caso das culturas indígena e ribeirinha. Além disso, é como se esta assessora se sentisse responsável por ensinar para as escolas como devem fazer para implementar a BNCC no seu cotidiano, já que os(as) professores(as) têm dificuldade de acesso para as formações presenciais, e ela teria encontrado uma forma de ensiná-los (por meio do livro de bolso da editora). Não estamos dizendo que o entendimento dessa assessora-professora esteja de acordo com as propostas da Secretaria Municipal de Educação de Manaus para o trabalho com a BNCC, mas pensamos que ele é sim representativo do entendimento de muitos assessores(as) pedagógicos(as) e professores(as) do estado do Amazonas e, quiçá, do Brasil. E, por isso mesmo,

nos sentimos incitadas a conhecer os livros e a proposta da referida editora em relação à BNCC.

Ao procurarmos a editora, no caso a Editora do Brasil, obtivemos a informação de que ela oferece uma espécie de programa de formação presencial composto por temáticas organizadas em três livros de bolso. A primeira formação é justamente sobre a BNCC e se materializa no livro intitulado *BNCC de bolso - Como colocar em prática as principais mudanças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental*. Já a segunda é sobre *Gestão Escolar* e a terceira sobre *Metodologias Ativas*, conforme se pode verificar nas imagens das capas dos livros.

Módulo 1

Módulo 2

Módulo 3



Disponível em: <https://lojavirtual.editoradobrasil.com.br/73458101411-metodologias-ativas-de-bolso.html> Acesso em: 18 set 2019

As três propostas de formação materializadas nos livros de bolso são anunciadas por seus divulgadores, funcionários da editora, como coerentes com a BNCC ou dela derivadas. São coerentes, também, é interessante notar, com a preocupação da Comissão Pró-BNCC no Amazonas, que está organizando a formação dos professores sobre a BNCC com foco na questão da aprendizagem

significativa, no uso de Metodologias Ativas e nas questões do como desenvolver competências e como avaliar, estabelecendo uma discussão sobre a relação entre currículo, avaliação da aprendizagem e avaliação em larga escala. Outro aspecto que aproxima as propostas de formação da Editora e da Comissão é a questão da Gestão, focalizada por ambas.

Cabe destacar que enquanto o documento da BNCC (BRASIL, 2017b) possui seiscentas páginas, em folhas tamanho A4, a editora organizou um livro de bolso com 56 páginas em folha tamanho A6 (menos da metade do tamanho da folha A4). Ou seja, a editora preparou publicações e formações sobre a BNCC, ou a partir dela, para atender, ou para criar, o que ela deve ter identificado como uma demanda de mercado e em um formato que ela julgou comercializável. Em outras palavras, seus produtos – livros e formações – mostram-se em sintonia com o mundo contemporâneo da instantaneidade, da fluidez e da rapidez, características da atualidade descritas pelo filósofo Zygmunt Bauman (1999, 2001, 2008) e contraditórias em relação aos tempos necessários a um processo formativo complexo como é o de que participam os professores na construção de sua profissionalidade.

Sem enaltecer essas características, reconhecemos que elas são produtivas e configuram muitas formas de se comunicar, de se relacionar e de viver em tempos contemporâneos e esta editora está, em muitos aspectos, em sintonia com elas. Tanto é que enquanto a Comissão de Implementação da BNCC no Estado do Amazonas ainda estava se organizando para elaborar um Referencial Curricular Amazonense (documentos aprovados somente no mês de outubro de 2019) e oferecer formações, a Editora do Brasil já estava ofertando suas formações em diferentes municípios do estado e estava vendendo seus livros de bolso sobre a BNCC, além de outros livros com o mesmo foco, não só no estado do Amazonas, mas em todo o território nacional.

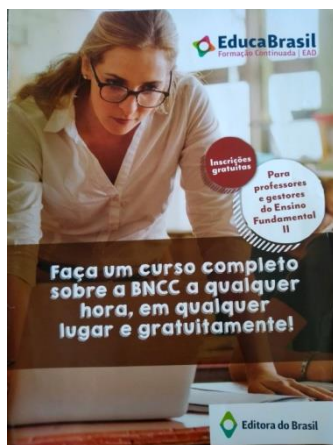
Para Bauman (2008) uma das características do que ele chama de surpreendente mundo novo (mundo pós-segunda guerra mundial) é a sua organização em torno do consumo. Ou seja, uma sociedade que se move, valoriza e engaja seus membros (incluindo instituições e estados) de acordo com a sua capacidade de consumir. E para que essa sociedade seja próspera, sob essa lógica, é necessário que sejam inventados, produzidos, colocados em circulação e consumidos muitos e variados sentidos, representações e, principalmente, bens materiais. Parece-nos que a BNCC foi e está sendo profícua para as editoras se manterem ativas e lucrativas nesta sociedade de

consumo, pois ela coloca em circulação, em alguma medida, novos sentidos e representações, que são capitalizados pelas editoras para gerar/inventar novos produtos. Estes são, então, comercializados com rentabilidade financeira, dando mostras de que a lógica de mercado também se mostra no lucro gerado com a implementação da BNCC no país.

Um desses produtos são os livros, mas para que eles sejam vendidos em larga escala e gerem lucratividade, a editora elabora e desempenha estratégias para se fazer conhecer, para dar a conhecer seus produtos. Uma dessas estratégias é justamente oferecer gratuitamente formações que acontecem tanto na modalidade presencial quanto na modalidade virtual por meio de plataforma digital. Inclusive, em visita à editora, constatamos que ela, por meio de uma pessoa designada para a função de formadora sobre a BNCC, não só vai até escolas e até secretarias de educação de municípios, como possui, na sede da editora em Manaus, um auditório específico para desenvolver seu programa de formação. Além de relatar uma proeminente inserção na formação de professores(as) em municípios do estado do Amazonas, a editora também destacou a sua inclusão em processos formativos das redes privadas de ensino como foi o caso de sua participação no Encontro Nacional de Escolas Católicas, ocorrido no mês de julho de 2019, na Escola La Salle, em Manaus.

Já sobre a plataforma que oferece cursos *online*, ela é divulgada por diversos meios, como panfletos impressos (a imagem da capa de um desses panfletos consta na continuidade deste texto), como propagandas no próprio *site* da editora e envio de e-mails para potenciais alunos (no caso, professores(as) e gestores(as) da Educação Básica e estudantes de licenciaturas). A plataforma de Educação a Distância (EAD), mantida pela editora, intitula-se *Educa Brasil* e este título é utilizado de modo associado à BNCC como principal *slogan* para a divulgação da plataforma e dos cursos que nela constam. Por exemplo, em um dos panfletos de divulgação consta o *slogan Educa Brasil 2019: Mudanças e continuidades à luz da BNCC*. O conteúdo deste *slogan* remete ao entendimento de que a editora está preocupada e comprometida com a educação no Brasil pós a aprovação da BNCC. E, em virtude dessa preocupação, oferece cursos gratuitos, na maioria de 40 horas, relacionados a distintas áreas do conhecimento na modalidade EAD para professores e gestores da educação básica. Na divulgação dos cursos, apresenta o que entende que são vantagens e em uma de suas apresentações, que constam na imagem a seguir, diz *Faça um curso completo sobre a BNCC a qualquer hora, em qualquer lugar e gratuitamente!*

Educa Brasil



Fonte: Panfleto de divulgação da editora digitalizado pelas autoras

Novamente a editora mostra estar em sintonia com determinados modos de vida da contemporaneidade descritos por Bauman (1999, 2001, 2008). Um desses modos diz respeito à flexibilidade em relação ao tempo e ao lugar. Essa flexibilidade nos remete a pensar sobre a possibilidade de se estar em um lugar – quem sabe em meio à floresta Amazônica – acessando conteúdos e informações disponíveis ao resto do mundo, a qualquer hora e gratuitamente, como diz a própria editora. Parece-nos que a consonância com essas características é produtiva, já que há no Estado do Amazonas 2033 inscritos na plataforma digital desta editora. Aqui, mais uma vez, é necessário sublinhar que não estamos concordando ou enaltecendo os cursos ofertados por esta editora na modalidade EAD, até porque pensamos que não seria possível fazer um curso completo sobre a BNCC (conforme diz o anúncio do panfleto) em apenas 40 horas e com apenas um profissional responsável por todo o curso conforme pudemos constatar na própria plataforma. O que intencionamos é mostrar a produtividade desta editora e de suas estratégias para efetivamente estar presente – por meio das formações que oferta e dos produtos-livros que vende – na vida de muitos professores(as) e gestores(as) e em suas escolas.

Embora as formações ofertadas, tanto presencial quanto virtualmente, pela editora não sejam pagas, não haja lucratividade direta, elas têm o claro

intuito de divulgar os produtos da editora sobre a BNCC que são comercializados. No caso, divulgam não apenas livros específicos sobre a BNCC, mas principalmente livros didáticos que, segundo a editora, incorporaram as propostas da BNCC e foram submetidos e aprovados em edital vinculado ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e que podem ser vendidos em grande escala para vários municípios do Brasil. Ao ofertar essas formações, a editora deixa passar a ideia de que está preocupada e comprometida com a formação dos professores no que diz respeito à BNCC, evidenciando uma das características da cultura na contemporaneidade analisadas por Yúdice (2004) e que diz respeito a ela ser um recurso para a comercialização de produtos.

Em outras palavras, se investe na cultura, no caso na formação de professores (as), não com a finalidade de promover a cultura, de formar os(as) professores(as), mas com a finalidade de obter alguma vantagem em relação a esta formação. Uma dessas vantagens diz respeito à possibilidade de que os próprios(as) professores(as) participantes da formação se tornem divulgadores, multiplicadores e consumidores dos produtos e serviços comercializados pela editora.

Como destaca a *Posição da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação a respeito do texto referênciá - Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica* (ANPED, 2019), assistimos, sobressaltados, à “perda do caráter público das políticas educacionais, com graves e incisivas mudanças na formação de professoras e professores no País na perspectiva de moldar-se à lógica privatista e mercadológica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando brevemente os questionamentos que fizemos ao longo do artigo, consideramos que é premente problematizar os caminhos que estão sendo traçados para a implementação da BNCC no estado do Amazonas – e no Brasil.

O discurso das competências, a preocupação em desenhar processos metodológicos para que a Base se torne real (MACEDO) nas escolas a partir de formações “em cascata” e a ausência de um planejamento que ultrapasse a

orientação técnico-instrumental em direção a uma formação que tome os professores como intelectuais críticos (CONTRERAS, 2002; MELLO, 2000) e desenvolvedores do currículo (SHULMAN; SHULMAN, 2016) abrem espaço para que os conglomerados econômicos se apossem da instauração da BNCC como uma oportunidade de lucro sem precedentes. E a dimensão humana da formação – dos professores e dos estudantes brasileiros – cede seu lugar de direito para o consumo de produtos que os alijam da possibilidade de desenvolver-se integralmente, a despeito dos discursos que supostamente a defendem.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. *Referencial Curricular Amazonense: Educação Infantil*. Manaus: MEC/CONSED/UNDIME, 2019.

AMAZONAS. *Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental Anos Iniciais*. Manaus: MEC/CONSED/UNDIME, 2019.

ANPED. *Posição da ANPED sobre o Texto Referência - Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de>. Acesso em: 09 out. 2019

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. CNEP/CP. *Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_C222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. CNE/CP. *Portaria n. 331, de 05 de abril de 2018*. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA331DE5D_FABRILDE2018.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

CRECCI, V. M; FIORENTINI, D. Desenvolvimento profissional em comunidades de aprendizagem docente. *Educação em Revista*, v. 34, e172761, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e172761.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010: Amazonas*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=13>. Acesso em: 02 out. 2019.

MACEDO, E. F.de. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/967/pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

MELLO, S. A. *Linguagem, consciência e alienação: o óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica*. Marília: UNESP-Marília-Publicações, 2000.



MOREIRA, A. F. B. (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas, SP: Papirus, 1999.

SHULMAN, L.S.; SHULMAN, J.H. Como e o que os professores aprendem: uma perspectiva em transformação. *Cadernos CENPEC*, São Paulo, v.6, n.1, p.120-142. jan./jun. 2016. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/353/349>. Acesso em: 14 out. 2019.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Recebido em 04/11/2019

Aprovado em 03/02/2020